

01/09/2015 - 05:00

Cade arquiva pedido de investigação sobre reajuste de preços

Por **Fernanda Pires**

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) arquivou pedido de investigação para apurar infrações à ordem econômica devido a reajustes de preços feitos pela Libra, no Rio, e pela Portonave, em Navegantes (SC), no ano passado. A Libra aumentou de 2013 para 2014 em 490% o preço da armazenagem de contêiner a partir do 4º período; e a Portonave reajustou em 455% o preço de inspeção física de bagagem na comparação com 2010.

Segundo o Cade, os reajustes não são ilícitos "per se". O órgão afirma que não há indício de nenhuma outra conduta anticompetitiva que pudesse estar associada aos reajustes de modo a torná-los ilícitos. Argumenta que o fato de os terminais deterem, cada qual em sua região, fatia de mercado acima de 20% não é por si só uma infração da ordem econômica "e, portanto, tampouco poderia tornar ilícitos os reajustes".

A denúncia foi feita há 11 meses pelo presidente da Associação dos Usuários dos Portos do Estado do Rio de Janeiro, André de Seixas. Após a recusa do Cade, ele entrou com recurso direto aos conselheiros. Ao **Valor**, Seixas disse que se o órgão não abrir investigação ele irá ao Ministério Público Federal. "Vamos denunciar o Cade por não ter aberto a investigação e a [Agência Nacional de Transportes Aquaviários] Antaq por não ter um normativo que trate objetivamente da defesa da concorrência".

A Antaq abriu processo interno para investigar os dois casos. Determinou a suspensão cautelar do aumento da Libra até que o processo seja concluído. Já o reajuste da Portonave está em vigor. "No caso da Portonave não conseguimos provar que o aumento foi sem justificativa. Eles justificaram mostrando que alguns serviços mudaram e foram aglutinados", disse o superintendente de fiscalização da Antaq, Bruno Pinheiro.

A Libra disse que o intuito da mudança era motivar que as cargas não permanecessem no terminal por longos períodos, "melhorando e agilizando o processo para a grande maioria de clientes que operam em nosso terminal".

A Portonave afirmou que o serviço de inspeção é "irrisório economicamente", pois é executado em 0,08% dos contêineres. E que a Antaq "não encontrou qualquer irregularidade", disse em nota.

Para Seixas, a Antaq tem postura passiva em relação aos aumentos dos preços dos terminais. Pinheiro discorda. Diz que há mais multas oriundas de investigação pró-ativa da agência do que de denúncias.

Recentemente a Antaq baixou um normativo determinando que tanto os terminais arrendados como os privados comuniquem a agência sobre o aumento de preço ou criação de serviço com 30 dias de antecedência. Se a agência entender que há abuso, pode multar o terminal.

Segundo Pinheiro, não há como a Antaq autorizar previamente o aumento dos preços. "Esse mercado é de preço livre".

